

NOTÍCIAS DO BRASIL



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXXI - Nº 118 - Agosto a Dezembro/2022

Resolução editada em agosto último altera direitos de participantes de fundos de pensão e usuários de planos de saúde das estatais. Leia a íntegra comentada.
Página 3

Os desafios da Cassi para 2023, por Fernando Amaral.
Página 6

Quais serão as batalhas que o novo governo enfrentará na reconstrução do país?
Páginas 4 e 5

O Editorial "Os desafios do novo governo" trata dos tópicos mais importantes a serem abordados nos próximos 4 anos.
Página 2

Organiza o Natal

Alguém observou que cada vez mais o ano se compõe de 10 meses; imperfeitamente embora, o resto é Natal. É possível que, com o tempo, essa divisão se inverta: 10 meses de Natal e 2 meses de ano vulgarmente dito. E não parece absurdo imaginar que, pelo desenvolvimento da linha, e pela melhoria do homem, o ano inteiro se converta em Natal, abolindo-se a era civil, com suas obrigações enfadonhas ou malignas. Será bom.

Então nos amaremos e nos desejaremos felicidades ininterruptamente, de manhã à noite, de uma rua a outra, de continente a continente, de cortina de ferro à cortina de nylon — sem cortinas. Governo e oposição, neutros, super e subdesenvolvidos, marcianos, bichos, plantas entrarão em regime de fraternidade. Os objetos se impregnarão de espírito natalino, e veremos o desenho animado, reino da crueldade, transposto para o reino do amor: a máquina de lavar roupa abraçada ao flamboyant, núpcias da flauta e do ovo, a betoneira com o sagui ou com o vestido de baile. E o suprarrealismo, justificado espiritualmente, será uma chave para o mundo.

Completado o ciclo histórico, os bens serão repartidos por si mesmos entre nossos irmãos, isto é, com todos os viventes e elementos da terra, água, ar e alma. Não haverá mais cartas de cobrança, de descompostura nem de suicídio. O correio só transportará correspondência gentil, de preferência postais de Chagall, em que noivos e burrinhos circulam na atmosfera, pastando flores; toda pintura, inclusive o borrão, estará a serviço do entendimento afetivo. A crítica de arte se dissolverá jovialmente, a menos que prefira tomar a forma de um sininho cristalino, a badalar sem erudição nem pretensão, celebrando o Advento.

A poesia escrita se identificará com o perfume das moitas antes do ama-

nhecer, despojando-se do uso do som. Para que livros? Perguntará um anjo e, sorrindo, mostrará a terra impressa com as tintas do sol e das galáxias, aberta à maneira de um livro.

A música permanecerá a mesma, tal qual Palestrina e Mozart a deixaram; equívocos e divertimentos musicais serão arquivados, sem humilhação para ninguém.

Com economia para os povos desaparecerão suavemente classes armadas e semi-armadas, repartições arrecadadoras, polícia e fiscais de toda espécie. Uma palavra será descoberta no dicionário: paz.

O trabalho deixará de ser imposição para constituir o sentido natural da vida, sob a jurisdição desses incansáveis trabalhadores, que são os lírios do campo. Salário de cada um: a alegria que tiver merecido. Nem juntas de conciliação nem tribunais de justiça, pois tudo estará conciliado na ordem do amor.

Todo mundo se rirá do dinheiro e das arcas que o guardavam, e que passarão a depósito de doces, para visitas. Haverá dois jardins para cada habitante, um exterior, outro interior, comunicando-se por um atalho invisível.

A morte não será procurada nem esquivada, e o homem compreenderá a existência da noite, como já compreendera a da manhã.

O mundo será administrado exclusivamente pelas crianças, e elas farão o que bem entenderem das restantes instituições caducas, a Universidade inclusive.

E será Natal para sempre.

Texto de Carlos Drummond de Andrade retirado do livro "Cadeira de Balanço".

Os desafios do novo governo

Com a vitória da coalizão que deu a Lula um novo mandato, certamente teremos a união de forças políticas e econômicas bem diferentes do que o país assistiu em anos anteriores.

Lula e seus aliados terão a oportunidade de acertar em muitas frentes não só por juntar sua equipe experiente, mas também porque os desafios são esperados. Lula sabe perfeitamente o que precisa e deve ser mudado.

Diferente de sua primeira eleição, agora o Banco Central não é mais uma dúvida, eis que agora é independente. Avalia-se que um dos equívocos de Jair Bolsonaro foi esquecer a economia, deixando tal tarefa por conta do Congresso.

Uma das primeiras medidas prometidas e esperadas tem grande chance de avançar, dado o bom momento de início de qualquer governo, é a reforma tributária. É provável que a PEC 45 que está na Câmara avance e alguma proposta mais razoável surja em relação ao imposto de renda de pessoa física e jurídica. Se juntarmos isso aos ganhos de imagem na questão ambiental, serão dois pontos positivos que o governo Lula poderá ter logo em seu primeiro ano.

Há alguma chance de que a

frente democrática formada por Lula se transforme em base de sustentação política. Espera-se que o Partido dos Trabalhadores aprenda a compartilhar poder. Ao preferir Alckmin como vice, e agora coordenador, e Meirelles a princípio cotado para a Fazenda, é sinal de que Lula entendeu o recado das urnas e fará de fato um governo de coalizão. Até porque não lhe sobra muita alternativa dado o Congresso à direita que foi eleito em outubro.

Importante não termos ilusão, de qualquer maneira. O governo tem duas grandes reformas a fazer, a tributária e a regra do teto, logo de começo. Outras reformas mais amplas podem demorar para acontecer ou nem avançar. Mas será uma marca importante se o novo governo conseguir avançar nessas duas frentes e trazer uma estabilidade fiscal mais duradoura e, finalmente, uma reforma na parte fiscal que ficou negligenciada por décadas, a tributária.

No caso ambiental, a agenda ESG (ambiental, social e governança) tem sido cada vez mais importante para as empresas como baliza de tomada de decisão de investimento. Mas essa percepção também vale para os países. Se eles não seguirem condicionantes ESG, também terão dificuldade, cada vez mais,

de atrair investimentos estrangeiros.

A esperança aqui é que o Brasil volte a ter importante papel nesse campo em que todos saem ganhando, especialmente o agronegócio. Este é o que mais sofre com as políticas que foram feitas no setor nos últimos anos. A mudança climática é uma realidade e negar isso apenas afugentaria novas oportunidades de negócio. Não é válida a crença de que apenas a China seja importante, ainda mais em um momento que a própria China passa por dificuldades crescentes em sua economia.

Lula tem vários instrumentos para melhorar a economia, mas, especialmente, a imagem do país lá fora, que começou a ser arranhada, na verdade, com Dilma Rousseff, que não tinha jogo de cintura, diálogo e apreço pelas questões internacionais. Essa retomada de ativismo positivo nas organizações multilaterais será um ganho importante para o país.

É o que o país espera e o que os brasileiros merecem.

(Fonte de dados: Sergio Vale - Economista-chefe MB Assuntos, Consultor, Palestrante, Pesquisador IEA-USP)

B NOTÍCIAS DO **B**BRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 Savassi - Belo Horizonte - MG
CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria Presidente

Isa Musa de Noronha

Vice-presidente

Altair de Castro Pereira

Diretor Secretário

José Sana

Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

Diretor Financeiro

Raimundo Vítor Santos

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

Edição, Editoração e Projeto Gráfico:

Luzia Lobato

Impressão:

Editores O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, e são de responsabilidade dos articulistas.

Uma Resolução que o novo Governo precisa sustar imediatamente

No apagar das luzes do Governo Bolsonaro seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, abriu um saco de maldades editando inúmeras resoluções que ferem de morte as relações trabalhistas e as responsabilidades de patrocinadores sobre seus planos de saúde e fundos de pensão.

Uma dessas Resoluções maldosas ataca antigos direitos de funcionários de estatais e atividade de todos dessas Estatais, aposentados e pensionistas, com relação a seus fundos de pensão.

Vejam a Resolução CGPAR/ME 42 de 4 de agosto, com nossos comentários.

RESOLUÇÃO CGPAR/ME Nº 042, DE 04.08.2022

Estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto aos seus regulamentos internos de pessoal e plano de cargos e salários.

A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 3º e 7º do Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007, e tendo em vista a proposição do Grupo Executivo, aprovada conforme Ata da 108ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de maio de 2022,

Considerando o disposto no art. 7º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que determinada a revisão, consolidação e/ou revogação de todos os atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º Esta Resolução esta-

belece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais, em especial para adequação dos regulamentos internos de pessoal e plano de cargos e salários, observadas as instâncias de governança para sua aprovação e resguardados os direitos adquiridos de seus empregados.

Art. 2º As empresas estatais federais poderão conceder, desde que fixado o mínimo legal:

- I - Adicional de férias;
- II - Remuneração da hora-extra;
- III - Remuneração de Adicional de sobre-aviso;
- IV - Remuneração de Adicional Noturno;
- V - Remuneração de Adicional de Periculosidade;
- VI - Remuneração de Adicional de Insalubridade; e
- VII - Remuneração de Aviso Prévio.

Art. 3º Ficam vedadas as empresas estatais federais de:

- I - Conceder empréstimo pecuniário a seus empregados a qualquer título;

COMENTÁRIOS: Sem justificativa plausível. Os empréstimos a empregados são descontados em folha, são taxados com juros de mercado.

- II - Incorporar na remuneração de seus empregados a gratificação de cargo em comissão ou de função gratificada;

- III - Conceder licença-prêmio e abono assiduidade; e

COMENTÁRIOS: Trata-se de direito adquirido histórico e que agora a Resolução quer ceifar.

- IV - Conceder gozo de férias em período superior a trinta dias por

ano trabalhado.

Art. 4º Nas propostas de novos Planos de Cargos e Salários, deverão as empresas estatais federais excluir anuênios, autorizando, se for o caso, quinquênios, cujo valor máximo será de 1% (cinco por cento) do salário base do empregado, limitado ao teto de dez quinquênios.

Art. 5º O impacto anual com as promoções por antiguidade e por merecimento deverá ser limitado a 1% (um por cento) da folha salarial.

Art. 6º A participação da empresa estatal federal no custeio de planos de saúde, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da despesa.

COMENTÁRIOS: De que despesa o Ministro fala? Da soma toda do que o plano de saúde gastou com o atendimento de seus associados?

Art. 7º A Auditoria Interna das empresas estatais federais deverá incluir, no escopo de seus trabalhos, no que couber, a verificação quanto à observância pelas empresas desta Resolução.

Art. 8º Fica revogada a Resolução CCE nº 09, de 08 de outubro de 1996.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO
Ministro de Estado da Casa Civil

(DOU de 05.08.2022 – pág. 29 – Seção 1)

Os desafios da reconstrução

"O Brasil tem um potencial para o atraso e para a violência muito grande, que anos de governo não conseguem superar."

Roberto Amaral()*

O pronunciamento da soberania popular no último 30 de outubro deu um basta a um governo em guerra contra o país. Mas, acima de tudo, afastou do horizonte visto a olho nu a mais grave ameaça à democracia desde a intervenção militar de 1º de abril de 1964, ao impedir a instauração da pior das ditaduras, aquela que se instala com o respaldo do pronunciamento eleitoral, e se legitima na ordem constitucional permanentemente revista segundo seus interesses. Há, pois, muito o que comemorar, e muito que agradecer à ação dos militantes, decisivos em momento de inédita e radical polarização política.

A presença dos movimentos populares – profunda, inédita, multifacetária, emocionante – foi decisiva, contrapondo-se à força descomunal do poder (do poder público e do poder econômico à manipulação religiosa a mais abjeta), mobilizada nestas eleições de forma jamais experimentada em nosso país, mesmo nos idos da República Velha, cujos vícios alimentaram levantes militares e a revolução de 1930. Essas eleições mexeram com a alma da sociedade brasileira.

Os exemplos mais conspícuos de tomada do poder pela extrema-direita ainda são os do fascismo e do nazismo, ambos seguindo ritos constitucionais, nenhum na coroa de golpes de força. Mussolini, que ascendera à crista da onda como líder dos fasci, movimento paramilitar financiado por industriais e latifundiários para dar cabo às organizações dos operários italianos no pós-guerra, foi, em 1922, nomeado primeiro-ministro pelo rei Vítor Emmanuel III. Hitler, em 1933, foi nomeado chanceler (primeiro-ministro) por Paul Hindenburg, presidente alemão socialdemocrata. A iminência da ditadura constitucional, antecipada pela maioria conservadora de direita e extrema-direita do Congresso que emergira das elei-

ções legislativas brasileiras, era a ameaça com a qual nos acenava a possibilidade concreta de reeleição plebiscitária do ex-capitão, rejeitada ao cabo do pleito dramático.

Há muito o que comemorarmos, ainda sem perder de vista que estamos apenas no início do enfrentamento de um grande desafio. A eleição de Lula – ao derrotar o mais abusivo e criminoso concurso de recursos públicos e privados em um processo eleitoral – estabelece um divisor de águas entre a ameaça do revés democrático (mediante a revogação do pacto constitucional de 1988) e a esperança de reconstrução nacional; mas deve ser vista, particularmente pela esquerda brasileira, como ponto de partida: sem ela, o futuro imediato seria uma ditadura protofascista; com ela, a história nos acena com a revitalização democrática que, dependendo do que fizemos, nos poderá retornar, no médio prazo, os sonhos de construção de uma sociedade fundada na igualdade social, que perseguimos como objetivo final da política.

No quadro de nossos dias, fracassado o golpismo no qual o bolsonarismo apostou até a 25ª hora, a posse de Lula, que chegou a ser ameaçada, pode ser dada como fato concreto – para o que concorreram a qualidade do sistema eleitoral, a mobilização popular e a imediata solidariedade da comunidade internacional, concertada num pronunciamento praticamente unânime, ao reunir no mesmo e entusiasmado aplauso, entre muitos outros mandatários, Emmanuel Macron, Vladimir Putin, Joe Biden, Xi Jinping, Alberto Fernández e Olaf Scholz. Nossa história presente deve mais esse serviço ao sempre chanceler Celso Amorim.

O conglomerado de interesses poderosos que se costuma alcinhar de "sistema" se pronunciou, logo

cedo, na voz e nas imagens do Jornal Nacional da Rede Globo na noite do dia 31/10, e a comunidade política entendeu o recado, ao responder com acenos ao diálogo. O capitão, sem tropa e sem pólvora, encerrou seus dias de presidente na terça-feira 1º de novembro, ao reconhecer o fiasco do levante dos caminhoneiros, por cujas consequências desestabilizadoras da ordem institucional esperara por três longos dias, como Jânio Quadros (a primeira vitória eleitoral da direita brasileira) esperara, em 1961, igualmente em vão, pelo levante das ruas que o levaria de volta a Brasília. Terminou, só, embarcando em um navio cargueiro, e foi tratar de sua solidão na Europa. Resta ao ex-capitão, sob a vigilância das instituições (que se omitiram ao não coibirem seus escandalosos crimes eleitorais), seguir o exemplo do general Figueiredo e abandonar o Alvorada pela porta dos fundos. Os espetáculos dessa semana patrocinados por uma massa fanatizada, cujos limites não sabemos mensurar, tendem a esvaziar-se com o passar dos dias, em face do recuo de seu ativador.

Nos bastidores, onde segue a vida conduzindo a política, permanecerão as disputas pela definição do eixo condutor do governo Lula, naquilo que ele tem de essencial para a Faria Lima. O debate já está na imprensa e procura ditar o que deve ser o programa econômico do novo governo. A pré-transição consumirá esses quase dois meses que nos separam da posse tão desejada de Lula, pois a transição política propriamente dita cobrará o primeiro ano do governo, com a experiência daquele que será necessariamente o primeiro ministério (ou "ministério tentativo") do terceiro mandato de Lula, as composições partidárias e as eleições das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A fase dos ajustes, inclusive programáticos. Nesse sentido, o governo Lula será um

strução

vernos mais ou menos civilizados não foram capazes de reduzir”.

governo por definir-se no seu próprio processo de ser. As circunstâncias ditam seu caráter de conciliação nacional, já anunciado pelo presidente eleito em seu belo discurso ainda na noite do dia 30, no encontro com a imprensa internacional. Governo de coalizão, tenderá à moderação (pelos condicionamentos do processo social, pelas exigências da história presente e a prática de seu líder) e porque não terá, ao instalar-se, maioria para impor seu programa a uma sociedade dividida e a um Congresso que, de natureza historicamente conservador, desde o Império, é o mais reacionário em toda a República.

A frente ampla da campanha não chegará à posse, pois sobrelevará a frente ampla da governabilidade, que compreenderá parte da frente eleitoral, à qual se somarão, entre outros, a entente com os partidos, a construção da base parlamentar sem a qual não governará, como não governou Dilma, e os reajustes com a caserna, vistos pelas mesmas lentes que cuidarão da crise econômico-fiscal, das carências sociais, do desemprego e da fome de milhões de brasileiros. O governo Lula precisará de força e pertinência (e apoio popular) para enfrentar a criminosa partidarização dos quartéis, a politização e insubordinação das forças policiais em todos os níveis. Caber-lhe-á salvar o meio ambiente, restaurar a saúde pública, combater a sacção de Tânatos e do negacionismo, restaurando a defesa da vida e a paixão pela inteligência.

Todas essas tarefas são cobradas com urgência e, é preciso lembrar, devem ser levadas a termo de par com a convivência civilizada, em um mundo em crise política e econômica marcada pela queda de renda dos países dependentes das exportações de commodities (como o Brasil, que renunciou à industrialização), um mundo em guerra que opõe EUA e Eurásia na disputa de hegemonia. E ao mes-

mo tempo um mundo que, após Trump, vê crescer na Europa (em crise) a ascensão da extrema-direita: Itália, Polônia, Hungria, Turquia, Suécia, além do retorno da extrema-direita em Israel, pequeno país armado até os dentes.

Em face das circunstâncias, assomam os desafios da esquerda brasileira. Cumpre-lhe a sustentação do governo Lula, após uma campanha na qual não lhe foi dado sustentar a temática econômico-social, a única que a favorecia porque é a que favorece a formação da consciência de classe dos assalariados. E cumpre-lhe rever-se para o enfrentamento político e ideológico do pensamento e da ação da extrema-direita (além do assédio da “direita bem-comportada” que nos acompanhou principalmente no 2º turno, e nos acompanhará no governo). A onda de extrema-direita (de que a votação de Bolsonaro é apenas um indicador) é ciclo que veio para conviver conosco por muito tempo, donde não poder ser vista como “um ponto fora da curva”, senão como um dado do processo social brasileiro que guarda lógica com nossa formação de país, povo e nação, da qual resultou a sociedade brasileira que descobrimos conservadora.

O desafio não é desprezível, porque não são desprezíveis a emergência da extrema-direita e sua permanente capacidade de mobilização. Pela primeira vez a extrema-direita, além de organizada e assentada em bases populares, dispõe de uma liderança carismática que não emerge da elite e cujo discurso repercute na caserna. Essa extrema-direita vai confrontar o governo Lula, e nós precisamos derrotá-la.

Com a colaboração de Pedro Amaral

(*) Para saber sobre Roberto Amaral, consulte: <https://ramaral.org/biografia/>



Sobe e Desce



Desde 31 de outubro último, os clientes do Banco do Brasil podem fazer transferências via Pix de outros bancos para suas contas na instituição. Através do sistema “Open Finance”, onde o cliente opta por compartilhar seus dados de outras instituições financeiras, é possível utilizar a ferramenta. “Somos os primeiros a oferecer essa facilidade aos nossos clientes no WhatsApp, uma das ferramentas mais usadas no dia a dia pelos brasileiros”, orgulha-se Fausto Ribeiro, presidente do BB.



E por falar em presidente do BB, Fausto Ribeiro será o principal ponto de contato entre o Banco e o governo de transição. O executivo atende as demandas da administração atual e da equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para, então, delegar a respectivas áreas do banco. Além de organizar e equipar o Centro Cultural do BB em Brasília onde está trabalhando a equipe de transição. Também prepara uma apresentação inicial com grandes números do banco para atualizar o governo eleito sobre o panorama atual da instituição, que nos últimos anos vem se empenhando em melhorar a sua rentabilidade frente aos bancos privados.



Com a eleição de Lula no segundo turno, o mercado financeiro ficou receoso quanto as medidas as serem implementadas no Banco do Brasil. A instituição financeira se desvalorizou, em apenas um pregão, R\$ 5 bilhões na Bolsa. Recuperou metade disso no dia seguinte. Mesmo assim a desconfiança permanece de que o novo governo implemente medidas que possam trazer prejuízo ao BB. São exemplos de decisões do governo petista: a concessão de empréstimos “a fundo perdido” (com alto índice de inadimplência), redução forçada de juros, além da corrupção descoberta durante as investigações sobre o “mensalão”.



Junto ao TCU, o Ministério Público pediu investigação sobre o pagamento de aposentadorias acima do teto para alguns diretores do BB. A remuneração extra-teto foi denunciada pela ANABB no início deste ano e é permitida por uma regra da Previ. A associação pede que o fundo de pensão do banco revogue uma parte de seu regulamento, onde abre exceções para alguns poucos felizardos.

CASSI Os desafios para 2023

Por Fernando Amaral*

A companheira Isa Musa, Presidente da FAABB – Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, solicitou uma avaliação sobre o que esperar para 2023 com relação à CASSI.

A CASSI está encerrando o ano de 2022 apresentando, pelas regras da ANS, índice de sinistralidade superior a 100%, o que significa déficits mensais, mesmo que com robusta reserva. Vale ressaltar que o resultado financeiro apresentado já estava previsto quando da apresentação da proposta de revisão estatutária de 2018, para ocorrer em 2021. E só veio a ocorrer em 2022 em função da pandemia que acabou postergar despesas assistenciais de 2020 e 2021, para 2022.

Por outro lado, no aspecto assistencial, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da CASSI, após receber os estudos técnicos que demonstraram que os custos assistenciais da população que tem a saúde coordenada pelas equipes de atenção primária à saúde apresenta custo (em torno de 31%) menor do que o custo dos participantes que não têm seu cuidado coordenado pelas equipes da atenção primária, aprovaram a expansão do Modelo de Atenção Integral à Saúde (MAIS), com cuidados coordenados pelas equipes de Atenção Primária à Saúde (APS), para 100% dos participantes da CASSI.

A implantação dessa expansão será coordenada pela Diretoria de Saúde e o prazo de implantação será de até 24 meses. A partir desta semana, que começa em 07/11/2022, será constituída a equipe de implantação, que deverá apresentar um cronograma completo do processo de implantação até 07/12/2022.

Nesse processo será ampliado o número de CliniCassis. O projeto prevê a manutenção das maiores CliniCassi como CliniCassi Próprias. Prevê também a criação de CliniCassi Parceiras nos territórios

ou localidades com menor número de usuários. O processo de seleção de parceiros prevê que esses tenham experiência na prática da Atenção Primária à Saúde (APS) e que aceitem trabalhar dentro dos protocolos de conduta e clínicos, da CASSI. E para os territórios com baixíssimo número de usuários da CASSI, a atenção primária será oferecida por telemedicina, com apoio de equipes APS itinerantes.

Também estão sendo lançados planos de saúde para nossos parentes, prevendo preços diferenciados, de forma a permitir aos nossos queridos tenham acesso aos avanços assistenciais oferecidos pela CASSI, de acordo com suas diferentes realidades financeiras.

Para suportar essas proposta e projetos, a estrutura de tecnologia da informação está sendo reforçada, e produzindo um grande número de inovações, que nos permitirá mais eficiência na gestão de processos, mais proatividade nas iniciativas assistenciais e mais assertividade nos processos de regulação.

Para que tudo isso aconteça na forma como está projetado e planejado, será necessário que esses investimentos sejam ratificados e orçados. E, apesar de estarmos apresentando déficits, este é o melhor momento para que a questão financeira seja debatida e que sejam repactuados os modelos de rateio de custos assistenciais, administrativos e de investimentos, projetados. Para tanto, a Diretoria Executiva, conforme previsto no Plano de Contingências da CASSI, comunicará formalmente a situação financeira da instituição para os patrocinadores – Banco do Brasil e Corpo Social – para que possam iniciar o processo de discussões e debates.



Pelo Corpo Social serão comunicadas as entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil, de caráter nacional – CONTRAF, CONTEC, FAABB, AAFBB e ANABB – que compuseram a apresentação do Corpo Social no último processo de revisão estatutária.

A partir da virada deste ano, vamos percorrer os estados para, em conversas com os Conselhos de Usuários, com entidades e com os associados, apresentar e debater o modelo de atenção e a estratégia de cuidados da CASSI, para todos os usuários e, também, as alternativas de planos de saúde para nossos parentes até o quarto grau.

*Fernando Amaral Baptista Filho é Diretor de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento da CASSI

07/novembro/2022

Diretores e funcionários
da UNAMIBB desejam
aos nossos associados
e colaboradores

BOAS FESTAS



Com Lula presidente pelos próximos 4 anos, o que esperar da inflação brasileira?

Especialistas ouvidos pelo g1 consideram que o presidente eleito terá de ser comedido com os gastos públicos por conta do Congresso 'mais bolsonarista'.

Com 50,90% dos votos válidos, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela terceira vez presidente do Brasil. Ele deve reassumir o cargo no próximo dia 1º de janeiro. Entre os diversos desafios políticos, sociais e econômicos que Lula terá pela frente, o controle da inflação brasileira é um dos mais importantes.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – indicador oficial da inflação do país – era de 7,17% no acumulado em 12 meses até setembro de 2022, depois de registrar contração por três meses consecutivos. Apesar da sequência de quedas, a inflação nacional para 12 meses continua muito acima da meta do Banco Central (BC), de 3,50%.

Os impactos socioeconômicos trazidos pela pandemia de Covid-19, o aumento dos gastos do atual governo e a guerra da Rússia na Ucrânia ajudam a explicar a pressão inflacionária vivida pelo Brasil. Mas especialistas ouvidos pelo g1 consideram que é importante dividir o futuro em curto, médio e longo prazo.

De acordo com Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, a tendência para a inflação no curto prazo, ao longo do próximo ano, já está definida e é de desaceleração.

"O que pode mudar de Jair Bolsonaro para Lula é a intensidade com a qual a inflação vai cair, com Lula provavelmente os preços vão cair um pouco menos", explica.

Em relação à economia, a especialista pontua que a principal diferença entre a forma dos dois políticos governar é que, enquanto Bolsonaro tem uma visão mais liberalista, "é característico do governo do PT trazer para dentro da economia a pirâmide social".

"No liberalismo, a característica é que haja uma ajuda mais modesta do Estado para a população, originando uma demanda menor, o que deixa a inflação mais baixa. Já com o Lula, a demanda agregada tende a ser maior, pois há mais apoio econômico à população, o que aumenta seu poder de compra e pode deixar a inflação um pouco mais alta", afirma a economista.

A força do Banco Central do Brasil

Carla destaca que, no curto prazo, mesmo com essa diferença, os preços tendem a desacelerar. Isso porque a inflação responde a dois principais fatores: o cenário internacional, que passou a adotar uma postura mais restritiva com a política monetária, com o objetivo de frear o avanço dos preços; e o cenário de juros dentro do próprio Brasil.

Atualmente, a Selic, taxa básica de juros, está em 13,75% ao ano. Segundo o último comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, a taxa deve permanecer em patamares elevados ainda por algum tempo, na tentativa de trazer a inflação de volta para o centro da meta nos próximos anos.

Mauro Morelli, estrategista-chefe da Davos Investimentos, ressalta que o BC já vem adotando uma postura mais restritiva em relação aos juros há algum tempo, mas o efeito ainda está por vir.

"Os impactos das decisões do BC tendem a demorar entre 12 e 18 meses para serem sentidos na economia real, por isso só vamos conseguir sentir o poder da alta dos juros contra a inflação principalmente em 2023", diz.

Acilio Marinello, especialista da Trevisan Escola de Negócios, explica que o aumento dos juros torna os financiamentos e processos de tomada de crédito mais caros, o que tende a reduzir o consumo da população — ponto essencial para a queda da inflação.

Mas é consenso entre os especialistas que o Brasil possui um Banco Central "forte e independente", que vai continuar monitorando a inflação de forma a mantê-la controlada.

Combustíveis ainda são um risco?

Ao longo de todo o primeiro semestre de 2022, os combustíveis foram os grandes vilões da inflação, com uma série de reajustes praticados pela Petrobras como consequência da disparada dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Para resolver parte desse problema, em junho deste ano, entrou em vigor a legislação que limita as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos (ICMS) sobre itens considerados essenciais, como os combustíveis e a energia elétrica.

Segundo Conrado Lima, diretor da

Stonex Asset Management, embora a proposta de tal legislação tenha vindo de Bolsonaro, Lula pode não mudar as regras porque poderia ser negativo para seu governo.

Ainda assim, a Petrobras ainda pode voltar a anunciar alguns reajustes para cima no preço dos combustíveis, porque as altas ficaram represadas após uma nova valorização do petróleo no exterior.

Mesmo que isso aconteça, Mauro Morelli aponta que os impactos sobre a inflação brasileira não devem ser tão fortes, desde que o dólar e o petróleo não voltem a subir exacerbadamente.

Futuro de médio e longo prazo

Sobre o futuro de médio e longo prazo, é consenso entre os especialistas que a inflação vai depender muito de como será o trato do presidente eleito com as contas públicas.

Segundo Lima, ainda é muito cedo para dizer como será a gestão do risco fiscal no governo Lula, principalmente porque ainda não se sabe quem estará em sua equipe econômica. No entanto, o especialista pontua que o mercado espera que o presidente adote uma postura mais expansionista com a economia.

Para ele, o maior risco para a inflação é que o governo do PT tente fazer com que o Brasil cresça muito, e rápido, o que aumentaria a quantidade de benefícios sociais sem respeitar o controle das contas públicas.

Mas Lima pondera que o Congresso e o Senado, essenciais para a aprovação de qualquer projeto, são mais inclinados a um modelo econômico liberal, o que na prática significa que Lula "não terá um cheque em branco para gastar".

Morelli destaca, entretanto, que o candidato à Presidência é diferente do presidente eleito e, com isso em vista, Lula deve adotar uma postura mais centrada e conciliadora durante os seus anos de governo.

"Podemos especular ou podemos olhar para o passado. Eu prefiro olhar para o passado. O Lula já esteve no poder e não ignorou o lado fiscal, não foi irresponsável fiscalmente. Riscos existem, mas olhando para o passado, ele oferece riscos aceitáveis para o teto de gastos, para a economia", afirma o estrategista.

Fonte: O Globo - Por Bruna Miato, g1

Um espírito baixou perto de mim

Wagner Gomes*

Por curiosidade, acionei um médium para saber como seria o comportamento de alguns de nossos políticos ao chegarem à eternidade. A primeira resposta que obtive acentuava a extrema repulsa dessas almas penadas de receberem suas sentenças, sem que pudessem recorrer ao STF. Para eles, um castigo inaceitável. Outra constatação consistia em se manter, no pior dos mundos, o mesmo comportamento acrítico às correntes de pensamento social europeias, limitando-se nossas almas intelectuais, que se sentiam impedidas de, também naquele universo paralelo, transmitir a verdadeira lógica do arcabouço político brasileiro: o modus operandi de nosso Executivo, Legislativo e Judiciário criou uma couraça de proteção para as ações criminosas, no Brasil. Os nossos abnegados zumbis ainda imaginavam ter uma vida aristocrática naquele desconhecido mundo das sombras, tal como as vivenciaram em um país pobre como o nosso. O médium jura, de pés juntos, que conseguiu observar alguns membros do STF de outrora, portando-se com uma arrogância típica de Versailles, tentando usar uma hermenêutica capaz de manter a ponta do iceberg (dizem que por lá é muito frio), aqui construído, para a proteção, também, de nossa aristocracia política, no mundo dos mortos. Eles não conseguiam entender por que lá, à semelhança

de cá, como agora, manda quem pode e obedece quem não tem vergonha. Diante de tal descalabro, a esquerda, abandonando sua ideologia, uniu-se à direita e formaram uma aliança que foi robustecida por uma turma composta de integrantes do "baixo clero", logo apelidada de Centrão. Segundo os contos macabros que correm no mundo espiritual, essa turma sempre tentava, milagrosamente, alterar o pêndulo da justiça, a seu bel prazer. Eles não tinham a menor noção do que seria o juízo final, pois sempre tiveram prerrogativas, por meio das quais conseguiam anular quaisquer sentenças exaradas em quaisquer instâncias. E juízo, seja final, seja em qualquer etapa, nunca foi seu negócio. Acostumados ao ambiente lascivo, no sentido bíblico, em que viviam, queriam promover uma máxima muito conhecida no mundo dos vivos, adaptando-a ao reino celestial: defuntos unidos, jamais serão vencidos. Ainda assim, não conseguiram enternecer os desígnios do Divino, a ponto de perdoar-lhes todo o mal que fizeram a um país e a um povo tão cordato, que, até, se rende à criatura que se faz passar pelo Criador. É nesse momento que, desencantados, nossos políticos desencarnados chegam ao ponto de se lembrarem do lamento de Manuel Bandeira: «que adianta a glória, a poesia, a beleza, a linha do horizonte? Eu só vejo o triste



beco». Desprovidos das pompas e das circunstâncias, tais espíritos não evoluídos perceberam que o mundo de trevas, que erigiram em vida, agora se reduz àquilo que Antero de Quental descrevera, ao final de seu poema "O Palácio da Ventura": ali dentro só encontram, cheios de dor, silêncio e escuridão, e nada mais. Enquanto isso, no mundo dos vivos, o Papa Francisco, porta voz do alto clero, entre sincero e brincalhão, nos advertia: "Vocês (brasileiros) não têm salvação. Muita cachaça e pouca oração".

*Eustaquio Wagner Guimarães Gomes, aposentado, Ex-superintendente do Banco do Brasil em Minas Gerais e associado UNAMIBB

Associe-se à UNAMIBB

Mensalidade R\$ 25,00

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro _____ Telefone: _____

Cidade _____ CEP: _____ UF: _____

C/C N° _____ N° da Agência: ____/____/____/____/____

Matrícula: _____ Assinatura: _____ DG